

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	37
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	38
10.5 - Políticas contábeis críticas	42
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	44
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	45
10.8 - Plano de Negócios	46
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1. Descrição da política de gerenciamento dos fatores de risco adotada pelo emissor

**a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a companhia não adotou tal política**

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos, a qual se aplica à Companhia e deverá ser reproduzida nas suas controladas diretas e indiretas, sempre respeitando seus documentos constitutivos e a legislação aplicável.

**b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Gerenciamento de Riscos deve ser acatada em todos os macroprocessos e operações de negócio da Companhia, sendo obrigatória a sua observância por todos os seus administradores e empregados, visando identificar, monitorar e conduzir riscos nos processos administrativos, operacionais e decisórios, na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor.

O Gerenciamento de Riscos está inserido no compromisso da Companhia com a criação e preservação de valor aos seus acionistas, fazendo parte do processo de tomada de decisões, contribuindo para a consecução dos objetivos estatutários e estratégicos da Companhia.

A Companhia identifica, monitora e conduz os riscos de negócio e operacionais de forma a garantir o cumprimento das metas estabelecidas em seu planejamento estratégico.

Anualmente, a Administração define o perfil de riscos consolidado da Companhia por meio do Plano Diretor e metas estratégicas; assegurando a efetividade do sistema de controle de riscos.

O processo de gestão de riscos da Companhia foi definido com base nas orientações consolidadas pela norma ISO 31000, com o intuito de aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela empresa; melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; melhorar o reporte das informações ao mercado, elevando a confiança das partes interessadas garantindo a transparência para todos os *stakeholders*, analistas de mercado e agências de crédito; garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; alocar e utilizar eficazmente os recursos, melhorando o ambiente de controle; melhorar a governança, assegurando que a Governança Corporativa da Companhia seja seguida e criticamente analisada; prevenir ou minimizar perdas, envolvendo todos os agentes da estrutura e todas as etapas e frentes de atuação da Companhia; e melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da organização.

O compromisso com a integridade, os valores éticos, bem como com a disseminação da cultura de gestão de riscos da empresa, são de responsabilidade de todos os Administradores e empregados da Companhia. Todos são responsáveis, também, pela gestão de riscos, e podem contribuir para uma gestão eficaz.

Como estrutura organizacional no gerenciamento de riscos, existem as Gerências Gerais; a Diretoria; e o Conselho de Administração.

As Gerências Gerais da Companhia (Tesouraria, Jurídica, Operacional, Logística) operam a primeira linha de defesa da Companhia no gerenciamento dos fatores de risco, tratando da gestão operacional, uma vez que são

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

os executores dos processos operacionais e de negócios da Companhia. Essa etapa visa (i) registrar os riscos identificados em toda a cadeia do modelo de atuação; (ii) gerenciar os riscos; (iii) implementar os controles de gerenciamento dos riscos e seus respectivos planos de ação. É formada pelos donos dos riscos e de controles, responsáveis diretos por manter os riscos nos limites de tolerância definidos pelos Administradores. Além do mais, são os responsáveis primários pela execução dos controles de prevenção e de mitigação, em razão de serem os executores dos processos das áreas operacionais, comerciais, de projetos, de suporte e administrativas.

A primeira linha de defesa da Companhia deve compartilhar e dar suporte técnico e metodológico referente aos padrões e diretrizes de segurança e gestão de riscos estabelecidos nas operações da Companhia junto aos fornecedores contratados. Todo risco de negócio identificado pela primeira linha de defesa deverá ser atribuído a um dono de risco, com cargo mínimo de Gerente.

A Diretoria e o Conselho de Administração operam a segunda linha de defesa, posto que trata-se das áreas de controle de fatores de riscos, compreendendo os Controles Internos da Companhia. Nessa segunda Linha, os administradores e empregados reportam-se à Diretoria e ao Conselho de Administração, os quais buscam (i) desenvolver e implementar as políticas, as metodologias, os processos, a infraestrutura e o sistema de comunicação integrado para que a gestão de riscos de negócio ocorra na Companhia de forma padronizada; (ii) oferecer suporte à primeira linha de defesa, fornecendo capacitação e instrumentação metodológica no modelo de Gestão dos Riscos de Negócios; (iii) apoiar e promover a troca de conhecimentos e informações, a fim de disseminar a cultura de gestão e de prevenção de riscos na; (iv) suportar e monitorar o cumprimento do modelo de governança de riscos de negócio; (v) suportar a divulgação externa de informações oficiais referentes à gestão de riscos de negócio.

O Diretor Presidente opera a terceira linha de defesa, sendo o responsável pelas avaliações e inspeções, proporcionando assecuração sobre a efetividade da gestão e da prevenção de riscos, de controles internos e de conformidade. A riscos significativos e deficiências de controle, devendo ser promovida pelos Administradores da Companhia.

A fim de que as três linhas de defesa possam ser eficazes, é feita uma análise e quantificação dos riscos, envolvendo a apreciação das causas e das fontes de riscos, suas consequências positivas e negativas, e a probabilidade de que essas consequências possam ocorrer.

Os Donos dos Riscos devem sugerir os critérios, os quais, por sua vez, serão analisados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente, a Companhia deve promover validação ou atualização dos parâmetros, seguindo a seguinte fórmula: *Risco = Probabilidade x Impacto*.

Ao analisar o impacto do risco, devem ser levados em consideração, tanto pelos Donos do Risco, quanto pelo Conselho de Administração os (i) fatores críticos de sucesso da empresa; (ii) valores da empresa; e (iii) legislação relevante.

Concluída a etapa inicial de avaliação quanto ao grau de exposição da Companhia na busca de seus objetivos, tem-se o processo de tomada de decisão quanto ao tratamento de riscos, de acordo com as diretrizes de tolerância determinadas pela alta administração da empresa, sendo hoje esse papel desenvolvido pela Diretoria.

Adicionalmente, nessa etapa, pela Diretoria, é possível definir a escala de priorização de tratamento dos riscos, de acordo a probabilidade e o impacto de cada risco, levando em consideração as perdas associadas à materialização dos eventos de risco.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Ressalta-se que, periodicamente, os riscos são reavaliados, de acordo com seu grau de severidade, evitabilidade e custo-benefício, envolvendo os Donos do Risco, o Conselho de Administração e a Diretoria.

Em última etapa, há o monitoramento e a análise crítica, de forma contínua e interativa, integrados em todos os departamentos da Companhia; devendo permear o processo de gestão de riscos.

Com o monitoramento, deve acontecer a consequente análise crítica, a qual consiste na verificação, supervisão e observação crítica executada de forma contínua e documentada, pelos próprios empregados e pelos Administradores, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado, assim como os riscos provenientes dessas mudanças.

Observadas possíveis mudanças que acarretem riscos, devem ser tomadas decisões pela Diretoria, com a supervisão do Conselho de Administração, analisando as hipóteses no caso concreto em conjunto com a fórmula de *PROBABILIDADE x IMPACTO*; devendo ainda ocorrer a classificação de riscos inerentes e residuais.

### c. Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além da estrutura acima adotada, em que há a participação conjunta dos Donos do Risco e da Administração nas três linhas de defesa e na disseminação das decisões para o restante da Companhia, a Companhia não adota estruturas de controle específicas de gerenciamento de riscos que envolvam a Companhia como um todo, órgãos de gestão, Diretoria de *Compliance*, e outros órgãos e comitês específicos, como a Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria; em virtude de questões estritamente orçamentárias.

Entretanto, destaca-se que em 24 de novembro de 2020, cumpridas as obrigações previstas nos Planos de Recuperação Judicial, foi proferida a sentença de encerramento da Recuperação Judicial, a qual ainda não transitou em julgado em razão da pendência do julgamento de recursos interpostos. Sem prejuízo do acima explicitado, cumpre salientar que a Companhia está envidando todos os esforços necessários para estabelecer os principais pilares que continuarão a nortear a atuação da empresa, com vistas a continuar a cumprir seus compromissos e gerar novas oportunidades de investimento; tendo planos de estruturação a médio prazo de criação de uma Auditoria Interna e uma Diretoria de *Compliance*.

Por fim, a Companhia destaca que vem desenvolvendo ações para o estabelecimento de bases sólidas em seus negócios voltadas para a gestão de riscos e, consequentemente, para o aprimoramento do seu ambiente de controle, destacando-se neste aspecto a estrutura de políticas e normas em conformidade com as melhores práticas de mercado.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### 5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a companhia não adotou tal política

O gerenciamento dos riscos da Companhia é feita de forma integrada com todos os departamentos e níveis hierárquicos, de modo a garantir que o nível geral de risco da Companhia permaneça alinhado às suas diretrizes estratégicas.

A Política de Gerenciamento dos Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, em 28 de maio de 2021, estabelece diretrizes que se aplicam à gestão do conjunto dos riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta, não sendo específica aos riscos de mercado.

#### b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O processo do gerenciamento de riscos considera a identificação do perfil de exposição e tolerância a riscos através da avaliação do ambiente interno, bem como a fixação dos objetivos e diretrizes definidos no Plano Diretor da empresa.

Na identificação e mapeamento, uma vez identificadas as fragilidades e vulnerabilidades do ambiente negócios da Companhia, são identificados os riscos que podem comprometer a continuidade do negócio.

A partir disso, é feita a classificação e priorização, posto que o processo de gestão de riscos tem que gerar, proteger e crescer valor à Companhia. Assim, nem todo risco identificado deve ser monitorado/controlado, principalmente nos casos em que não existe relação satisfatória de custo-benefício entre a mitigação do risco e o custo do seu controle. Assim, a priorização dos riscos identificados considera a análise de probabilidade de ocorrência e magnitude de impacto; definindo a criticidade dos riscos identificados e permitindo a priorização, partindo dos riscos de alta severidade para os de baixa severidade.

Levando em consideração a fórmula “*Risco = Probabilidade x Impacto*”, os riscos são classificados da seguinte forma:

a) ALTA SEVERIDADE (“RISCO ALTO”): é um risco inaceitável e representa ameaça potencial aos negócios da Companhia. Esse risco demanda ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou ao menos reduzir a severidade e/ou frequência;

b) MÉDIA SEVERIDADE INESPERADA (“RISCO MÉDIO”): é um risco inesperado, tendo um alto impacto e baixa frequência. Esse risco deve ser quantificado e monitorado regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência, a fim da OSX já estar preparada caso o evento venha a acontecer. Compreende também o risco inesperado de perdas esporádicas, refletindo eventos extremos, mas raros;

c) MÉDIA SEVERIDADE PROVÁVEL (“RISCO MÉDIO”): é um risco provável, mas de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio. Esse risco impõe a definição de níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo;

d) BAIXA SEVERIDADE (“RISCO BAIXO”): é um risco aceitável, posto que as perdas oriundas são de menor relevância, podendo o custo do impacto ser menor do que o custo de mitigação;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

los. Além do mais, são riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Após a classificação, ocorre tanto o monitoramento, quanto a adoção de mitigantes, caso o risco tenha sido classificado como prioritário. As soluções para mitigação dos riscos devem ser específicas e factíveis; podendo contemplar (i) a revisão de processos e inclusão de controles em sistemas; (ii) a criação de relatórios e indicadores de desempenho; (iii) a confecção de políticas e procedimentos; (iv) a implantação de mecanismos de monitoramento e controle; (v) a alteração de competências e atribuições de uma área ou de instrumentos de governança; entre outros. As pessoas envolvidas em cada área devem ter a capacidade e competência para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos, sempre atentas às mudanças do ambiente interno e externo para não serem surpreendidas por riscos desconhecidos ou não controlados.

Por fim, como última etapa, há a definição de planos de continuidade dos negócios, visando garantir que os processos vitais da empresa voltem a funcionar plenamente, ou num estado minimamente aceitável, o mais rápido possível, evitando paralisações prolongadas que possam gerar maiores prejuízos. Os planos de gerenciamento de crises e continuidade dos negócios definem as funções e responsabilidades das equipes envolvidas com o acionamento das ações de contingência, antes durante e após a ocorrência.

No que diz respeito à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*), a contratação é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio e taxa de juros, entre outros riscos) e obedece à estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados às moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até um ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos é avaliada no contexto econômico e operacional e ocorre quando a Administração considera o risco relevante.

Como estrutura organizacional no gerenciamento de riscos, há a (i) Diretoria Financeira, responsável por identificar e quantificar a necessidade de contratação de operações de *hedge* para a Companhia; (ii) Diretor Presidente (CEO), responsável por apresentar ao Conselho de Administração a estratégia recomendada; e delegar, formalmente, a outrem suas responsabilidades; (iii) Conselho de Administração, responsável por deliberar sobre a recomendação e aprová-la ou não; (iv) Gerência Geral de Tesouraria Corporativa, responsável por deliberar sobre a necessidade de uma operação de *hedge*; operacionalizar as contratações de *hedge*; controlar/gerir a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

### c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além da estrutura acima adotada, em que há a participação conjunta da Diretoria Financeira, do Diretor Presidente, do Conselho de Administração e da Gerência Geral de Tesouraria, a Companhia não adota estruturas de controle específicas de gerenciamento de riscos que envolvam a Companhia como um todo, órgãos de gestão, Diretoria de *Compliance*, e outros órgãos e comitês específicos, como a Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria; em virtude de questões estritamente orçamentárias.

Entretanto, destaca-se que em 24 de novembro de 2020, cumpridas as obrigações previstas nos Planos de Recuperação Judicial, foi proferida a sentença de encerramento da Recuperação Judicial, a qual ainda não transitou em julgado em razão da pendência do julgamento de recursos interpostos. Sem prejuízo do acima explicitado, cumpre salientar que a Companhia está envidando todos os esforços necessários para estabelecer os principais pilares que continuarão a nortear a atuação da empresa, com vistas a continuar a cumprir seus compromissos e gerar novas oportunidades de investimento; tendo planos de estruturação a médio prazo de

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

criação de uma Auditoria Interna e uma Diretoria de *Compliance*.

Por fim, a Companhia destaca que vem desenvolvendo ações para o estabelecimento de bases sólidas em seus negócios voltadas para a gestão de riscos e, conseqüentemente, para o aprimoramento do seu ambiente de controle, destacando-se neste aspecto a estrutura de políticas e normas em conformidade com as melhores práticas de mercado.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3. Controles Internos

#### a. se o emissor possui práticas da organização relativas ao sistema de controles internos, que monitora os processos operacionais e financeiros

O gerenciamento dos riscos da Companhia, sobretudo no que concerne aos processos operacionais, financeiros, inclusive os relacionados à gestão dos riscos e de conformidade, é feita de forma integrada com todos os departamentos e níveis hierárquicos, de modo a garantir que o nível geral de risco da Companhia permaneça alinhado às suas diretrizes estratégicas; observando também ambos os procedimentos descritos nos Itens 5.1 e 5.2.

Quanto aos riscos financeiros, mais especificamente, são classificados pela Companhia da seguinte forma: i) os riscos financeiros de mercado decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*; ii) Os riscos de crédito referem-se à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; iii) os riscos de liquidez referem-se à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

No que concerne a esses riscos, a Diretoria Financeira avalia e discute o planejamento financeiro e orçamentos junto à Gerência Geral de Tesouraria Corporativa, para que sejam feitas, preventivamente, decisões e ações de gestão financeira que criem, protejam e cresçam o valor da empresa.

No que concerne às decisões de investimentos e de captações de recursos, a Companhia estabelece parâmetros de forma a assegurar que não estão sendo efetuadas transações especulativas e com alto risco financeiro.

Quanto aos riscos operacionais, ou seja, aqueles decorrentes da inadequação, desvios ou falhas na gestão de processos internos e pessoas, que impliquem dificuldades ou impedimentos para o alcance de objetivos pela Companhia, como os riscos administrativos (contabilidade, controladoria, controles), de suprimentos, de saúde e segurança do trabalho, de meio ambiente, de tecnologia da informação, entre outros; a Companhia afirma que o processo de gestão de riscos da OSX foi definido com base nas orientações consolidadas pela norma ISO 31000, com o intuito de: i) aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela empresa; ii) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; iii) atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; iv) melhorar o reporte das informações ao mercado, elevando a confiança das partes interessadas garantindo a transparência para todos os *stakeholders*, analistas de mercado e agências de crédito; v) garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; vi) alocar e utilizar eficazmente os recursos, melhorando o ambiente de controle; vii) melhorar a governança, assegurando que a Governança Corporativa da OSX seja seguida e criticamente analisada; viii) prevenir ou minimizar perdas, envolvendo todos os agentes da estrutura e todas as etapas e frentes de atuação da Companhia; ix) melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da organização.

Além do mais, a Companhia destaca que vem desenvolvendo ações para o estabelecimento de bases sólidas em seus negócios voltadas para a gestão de riscos e, consequentemente, para o aprimoramento do seu ambiente de controle, destacando-se neste aspecto a estrutura de políticas e normas em conformidade com as melhores práticas de mercado.

#### b. As estruturas organizacionais envolvidas



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia possui uma estrutura organizacional para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, no que tange aos riscos financeiros, composta pela i) Gerência de Geral de Tesouraria, responsável por deliberar sobre a necessidade de tomada de decisões, levando à Diretoria Financeira a fim de que seja alcançada uma posição estratégica; ii) Diretoria Financeira, responsável por identificar e quantificar os riscos; iii) Diretoria de Relação com os Investidores, a fim de proporcionar a informação de fatos relevantes, relacionados aos riscos financeiros ao mercado, após parecer da Diretoria Financeira.

Quanto aos riscos operacionais, são envolvidos os departamentos Donos do Risco, sempre representados por sua respectiva gerência, devendo os Donos do riscos deliberarem sobre a necessidade de tomada de decisões, levando à respectiva Diretoria ou ao Diretor Presidente, a fim de que seja alcançada uma posição estratégica; ii) Diretoria e/ou Diretor Presidente, responsável por identificar e quantificar os riscos; iii) Diretoria de Relação com os Investidores, a fim de proporcionar a informação de fatos relevantes, relacionados aos riscos financeiros ao mercado, após parecer da Diretoria e/ou Diretor Presidente.

### c. O grau de eficiência de controles internos

A Administração, anualmente, promove a revisão de todos os controles com a participação efetiva de todas as Diretorias, e realiza testes de validação visando a busca pela efetividade dos controles e da gestão dos fatores de risco e dos riscos propriamente ditos.

Ao final do ciclo, os gerentes responsáveis pelos processos de todas as áreas de negócio e áreas de suporte da Companhia, recebem o novo mapeamento dos fatores de riscos e dos riscos propriamente ditos.

Destaca-se que O compromisso com a integridade, os valores éticos, bem como com a disseminação da cultura de gestão de riscos da empresa, são de responsabilidade de todos os administradores e empregados da OSX. Todos são responsáveis, também, pela gestão de riscos, e podem contribuir para uma gestão eficaz.

Além das estruturas adotadas, em que há a participação conjunta das Diretoria Financeira, do Diretor Presidente, do Conselho de Administração e das Gerências, a Companhia não adota estruturas de controle específicas de gerenciamento de riscos que envolvam a Companhia como um todo, órgãos de gestão, Diretoria de *Compliance*, e outros órgãos e comitês específicos, como a Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria; em virtude de questões estritamente orçamentárias.

Entretanto, destaca-se que em 24 de novembro de 2020, cumpridas as obrigações previstas nos Planos de Recuperação Judicial, foi proferida a sentença de encerramento da Recuperação Judicial, a qual ainda não transitou em julgado em razão da pendência do julgamento de recursos interpostos. Sem prejuízo do acima explicitado, cumpre salientar que a Companhia está envidando todos os esforços necessários para estabelecer os principais pilares que continuarão a nortear a atuação da empresa, com vistas a continuar a cumprir seus compromissos e gerar novas oportunidades de investimento; tendo planos de estruturação a médio prazo de criação de uma Auditoria Interna e uma Diretoria de *Compliance*.

Por fim, a Companhia destaca que vem desenvolvendo ações para o estabelecimento de bases sólidas em seus negócios voltadas para a gestão de riscos e, conseqüentemente, para o aprimoramento do seu ambiente de controle, destacando-se neste aspecto a estrutura de políticas e normas em conformidade com as melhores práticas de mercado.

### d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente

O auditor independente avaliou a eficácia dos controles da Companhia, e, de acordo com a estrutura de negócios e operacional em que a Companhia está inserida, identificou que é extremamente necessária a

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

criação de processos corporativos relacionados à estrutura, formalização de controles e processos para um melhor gerenciamento de riscos.

A ausência de um programa de processos corporativos definidos pode vir a desencadear soluções diferenciadas para situações semelhantes, que nem sempre se enquadrarão na operação da Companhia e em suas normativas.

**e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Os Diretores da Companhia avaliaram com base na relevância, probabilidade e a possível magnitude de distorções reportadas pelo auditor independente, e destacam que vêm desenvolvendo ações para o estabelecimento de bases sólidas em seus negócios voltadas para a gestão de riscos e, conseqüentemente, para o aprimoramento do seu ambiente de controle, destacando-se neste aspecto a estrutura de políticas e normas em conformidade com as melhores práticas de mercado.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

### **5.4. Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor**

A Companhia possui disposições no Código de Conduta, enviado e publicado em 10 de maio de 2021, no canal eletrônico da CVM, o qual dispõe a respeito dos mecanismos e procedimentos referentes à integridade, adotados para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Nesse documento, a Companhia se comprometeu a manter um diálogo apartidário e permanentemente aberto com todas as esferas dos governos onde seus negócios estão inseridos, pois acredita ser um importante passo no caminho da concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável para o país, e consequentemente para seus negócios. Em seu relacionamento com o Poder Público, A Companhia acredita na parceria deste com a sociedade civil como forma de contribuir para o desenvolvimento do país. Desta forma, a Companhia pode vir a apoiar a participação em campanhas ou atividades políticas e partidárias, bem como fazer contribuições a representantes do Governo, de partidos políticos ou de candidatos. Entretanto, isto só será realizado em conformidade e nas condições definidas em lei e desde que formalmente autorizado pelas Diretorias ou Conselhos de Administração das empresas do Grupo, e com total transparência, dentro do âmbito da prestação de contas aos seus acionistas e à sociedade.

Além do mais, a Companhia repudia todas as formas de corrupção, estando os colaboradores proibidos de, direta ou indiretamente, oferecer, prometer, dar ou exigir vantagens ilícitas ou indevidas de qualquer natureza (propinas, pagamentos impróprios, presentes, comissões ou doações) para obter ou manter um negócio, nem poderão ser solicitados nem oferecer um suborno ou qualquer outra vantagem imprópria que possa influenciar nas decisões de negócios por eles tomadas em nome da Companhia. Não são consideradas práticas de corrupção cortesias comerciais que possam ser retribuídas na mesma medida, desde que não possam ser interpretadas, em nenhuma hipótese, como interferências no relacionamento comercial, ou que sirvam como balizadores para tomada de decisão.

A Companhia espera que seus colaboradores, contratados e demais componentes do público interno, informem imediatamente qualquer conduta ou situação que, de boa-fé, acreditem ser conflitante com este Código de Conduta, com as políticas da Companhia, constitua uma irregularidade ou que viole a legislação vigente.

Os relatos podem ser efetuados de forma identificada ou anônima e com total segurança através do e-mail ou do portal na Intranet. Todos os relatos, especialmente aqueles envolvendo desvios

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

de conduta, devem ser efetuados com critério e responsabilidade, adequadamente contextualizados e suportados por evidências, sempre que possível.

Cabe ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia avaliar e apurar de forma tempestiva, objetiva e independente a procedência das denúncias recebidas.

A Companhia acredita que os seus colaboradores contratados e demais componentes do público interno devem ter confiança de que podem manifestar livremente suas preocupações. Portanto, não tolerará atos de retaliação contra quem tenha exercido seus direitos de acordo com os termos deste Código de Conduta. Eventuais ocorrências serão objeto de medida corretiva apropriada. Canal interno para denúncia identificada: [canaldenuncia@osx.com.br](mailto:canaldenuncia@osx.com.br); Canal interno para denúncia anônima: <https://canaldenuncia>

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5. Alterações significativas nos fatores de riscos**

A Companhia tem como prática o gerenciamento contínuo dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar suas atividades conforme já descrito nos itens 5.1 a 5.4.

Em relação ao último exercício social, a Companhia elenca os riscos oriundos da pandemia ocasionada pelo COVID-19 como uma alteração significativa nos riscos, uma vez que sofreu impactos financeiros, decorrentes da proliferação da doença e que ainda poderá vir a sofrer eventualmente novos impactos em decorrência da continuidade da pandemia instalada no país, nos termos do ITEM 4.1.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em maio de 2021. Ademais, a Companhia firma o compromisso de constantemente manter sua política atualizada, bem como compatível com o mercado.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6. Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

A Companhia entende não haver outras informações relevantes que já não foram expressas em itens anteriores.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 Os diretores devem comentar sobre:

#### *a. Condições financeiras e patrimoniais gerais*

Durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades que seriam construídas na Unidade de Construção Naval do Açu (“UCN Açu”) e de contratos de afretamento e operação e manutenção de unidades FPSOs e WHPs. Em outubro daquele ano, a Dommo Energia S.A. (atual denominação de Óleo e Gás Participações S.A. (“OGpar”), principal cliente da Companhia, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, seu pedido de recuperação judicial, em conjunto com as controladas, OGX Petróleo e Gás S.A. (“OGX”), OGX International GmbH e OGX Austria GmbH.

No dia 08 de novembro de 2013, em vista da situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX, como instrumento relevante para assegurar a preservação do interesse dos acionistas, empregados e credores, promovendo assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Construção Naval S.A. - Em Recuperação Judicial (“OSX Construção Naval”) e OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em Recuperação Judicial (“OSX Serviços Operacionais”) (em conjunto, as “Recuperandas”), foi ajuizado em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Em 17 de dezembro de 2014, os Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e, em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos de Recuperação Judicial. A publicação da homologação dos referidos planos ocorreu no dia 08 de janeiro de 2015, todavia sujeito à solução dos agravos de instrumento impetrados por certos credores.

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal (Credora Extraconcursal Anuente) concedeu sua anuência aos termos do Plano de Recuperação Judicial da OSX Construção Naval. A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos Planos de Recuperação Judicial da OSX e da OSX Construção Naval.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 18 dezembro de 2015, a OSX Construção Naval celebrou o Instrumento Particular de Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional (respectivamente, “Escritura de Emissão de Debêntures DIP” e “Debêntures DIP”) em 8 (oito) séries, como financiamento extraconcursal para os fins do seu plano de recuperação judicial (“Emissão de Debêntures DIP”).

Os recursos obtidos mediante a Emissão de Debêntures DIP de séries ímpares foram destinados ao pagamento de despesas relacionadas à recuperação judicial e de determinados investimentos em capital e despesas operacionais para a manutenção das atividades da OSX Construção Naval, conforme previsto no seu plano de recuperação judicial.

Já os recursos obtidos mediante a Emissão de Debêntures DIP de séries pares foram destinados ao reperfilamento de dívidas da OSX Construção Naval junto a credores financiadores que integralizaram as Debêntures DIP mediante a capitalização de seus créditos concursais e/ou extraconcursais.

Nos termos da Emissão de Debêntures DIP, o pagamento dos valores adquiridos mediante a integralização das debêntures deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) anos a partir da emissão, os quais são renováveis por mais 10 anos.

A partir de 01 de dezembro 2016, a OSX Construção Naval celebrou contrato com a Porto do Açu Operações no intuito de locar parte de sua área de 3.200.000m<sup>2</sup> no Porto. A área inicialmente locada constituía 47mil m<sup>2</sup>, que passaram a ser de utilização da Dome Serviços Integrados (“Dome”), com cessão efetiva da posição de locatária em 2020.

Em agosto de 2018, a OSX Construção Naval expandiu sua área locada à Dome, com arrendamento de nova área totalizando mais 72.650m<sup>2</sup>. A referida área foi expandida através de aditivos firmados com a Dome em 26 de março de 2019 e 24 de junho de 2019.

Ao longo do período de 2020, a Companhia teve redução dos valores recebidos pela locação da área da Dome em virtude da pandemia da Covid-19, tendo celebrado aditivo aos contratos de locação determinando pela redução dos valores, com a previsão de pagamento do montante devido ao longo do período de 2021. Contudo, tendo em vista a persistência dos efeitos da pandemia de Covid-19 no Brasil nos primeiros meses de 2021, tais valores terão seu pagamento negociado.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Ainda em 2020, a Companhia celebrou Term Sheet com a Gestora da Área, o Porto do Açú, no intuito de promover potencial aditivo ao Plano de Recuperação Judicial que autorizasse a gestão conjunta da área entre a Companhia e o PdA, bem como expansão dos tipos de negócio a serem promovidos na área do porto. Contudo, os requisitos do Term Sheet não chegaram a ser cumpridos, não tendo sido apresentado um aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Em 24 de novembro de 2020, a Companhia teve decretado o encerramento de sua Recuperação Judicial, tendo em vista o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no Plano pelo período de 2 anos. Apesar disso, destaca-se que a decisão de encerramento da Recuperação Judicial ainda não transitou em julgado.

Em 2020, a Companhia registrou receita bruta de aproximadamente R\$11 milhões. Em 2019, a Companhia registrou receita bruta de aproximadamente R\$13 milhões. A receita bruta registrada em 2018 foi de aproximadamente R\$9 milhões. As receitas dos 3 (três) últimos exercícios sociais são oriundas do contrato de aluguel de parte da área do Açú e parte do ativo não circulante.

O EBITDA consolidado de 2020 foi negativo em R\$ 567 milhões. Houve uma redução referente a avaliação ao valor justo da propriedade para investimento (*Impairment*) e aumento das despesas administrativas.

O EBITDA consolidado de 2019 foi negativo em R\$196 milhões. Houve uma redução referente a avaliação ao valor justo da propriedade para investimento (*Impairment*) e redução das despesas administrativas.

O EBITDA consolidado de 2018 foi negativo em aproximadamente R\$65 milhões. Houve uma redução nas despesas administrativas e não possui mais os efeitos da desconsolidação.

O endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de aproximadamente R\$4 bilhões. Já em 31 de dezembro de 2019, o endividamento consolidado da Companhia era de R\$4,3 bilhões. Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento consolidado da Companhia era de R\$4,5 bilhões. A OSX vem negociando as condições de seus empréstimos e financiamentos, buscando adequá-los ao plano de Recuperação Judicial da Companhia.

A posição de caixa em 31 de dezembro de 2020 era de R\$826 mil.

Solvência	2020	2019	2018
-----------	------	------	------

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Ativo circulante	10.515	14.438	10.373
Passivo circulante	548.025	520.211	409.442
Índice de liquidez corrente	0,02	0,03	0,02
Ativo circulante	10.515	14.438	10.373
Impostos a recuperar (ativo não circulante)	36.337	42.106	47.006
Passivo circulante	548.025	520.211	409.442
Passivo não circulante	6.398.295	6.075.296	5.345.575
Índice de liquidez geral	0,01	0,01	0,01

Estrutura Patrimonial	2020	2019	2018
Passivo circulante	548.025	520.211	409.442
Passivo não circulante	6.398.295	6.075.296	5.345.575
Patrimônio líquido	(5.458.663)	(4.583.448)	(4.014.370)
Capital de terceiros x capital próprio	(1,27)	(1,44)	(1,43)
Passivo circulante	548.025	520.211	409.442
Passivo não circulante	6.398.295	6.075.296	5.345.575
Ativo total	1.487.657	2.012.059	1.740.647
Índice de endividamento geral	4,67	3,28	3,30

**b. Estrutura de capital**

A estrutura de capital da OSX em 2020 apresentava R\$548 milhões no Passivo Circulante e R\$6,39 bilhões no Passivo Não-Circulante, representando R\$6,94 bilhões de recursos de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$5,4 bilhões.

A estrutura de capital da OSX em 2019 apresentava R\$520 milhões no Passivo Circulante e R\$6 bilhões no Passivo

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não-Circulante, representando R\$6,59 bilhões de recursos de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$4,5 bilhões.

A estrutura de capital da OSX em 2018 apresentava R\$409 milhões no Passivo Circulante e R\$5,3 bilhões no Passivo Não-Circulante, representando R\$5,28 bilhões de recursos de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$4 bilhões.

### *c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

Conforme mencionado no item 10.1.a. acima, durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades e o cancelamento de contratos de afretamento e operação e manutenção de FPSOs e WHPs. Dessa forma, em 11 de novembro daquele ano, devido à situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o pedido de recuperação judicial da OSX foi ajuizado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Durante o ano de 2014, a Companhia apresentou os Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas que foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e, em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos de Recuperação Judicial. A publicação da homologação dos referidos planos ocorreu no dia 08 de janeiro de 2015.

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal (Credora Extraconcursal Anuente) concedeu sua anuência aos termos do Plano de Recuperação Judicial da OSX Construção Naval. A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos Planos de Recuperação Judicial da OSX e da OSX Construção Naval.

Em 03 de agosto de 2015, a OSX Construção Naval como premissa ao processo de readequação do plano de negócios da UCN e em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial, celebrou com a Porto do Açu Operações S.A. ("PdA"), um Contrato de Gestão, com o propósito de gerenciar de forma mais eficiente a exploração comercial da área total de 3.200.000m<sup>2</sup> onde está localizada a UCN Açu.

Em 01 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou com a PdA contrato de aluguel que prevê remuneração mensal mínima de R\$430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais) como pagamento referente à locação da principal área molhada do Porto do Açu pelo prazo de 20 (vinte) anos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vale destacar que continua em vigor o acordo de *standstill* celebrado entre a Companhia e suas controladas, OSX Construção Naval e OSX Serviços com a PdA. Nos termos do acordo, a PdA concordou em abster-se de adotar qualquer medida para exigir das referidas empresas quaisquer obrigações pecuniárias, vencidas e vincendas, assumidas pelo Grupo OSX perante ao PdA, incluindo, dentre outras, os aluguéis vencidos e vincendos que passariam a ser devidos pela OSX Construção Naval à PdA, a partir do mês de setembro de 2018, em relação à área do Porto do Açu.

No âmbito operacional, importa ressaltar que a OSX Construção Naval celebrou, em 03 de setembro de 2018, com o Consórcio Dome Serviços Integrados (“Dome”), um novo contrato de aluguel de área adicional à área já ocupada atualmente “Contrato”) (com base no Contrato de Locação firmado entre PdA e OSX Construção Naval em 01 de dezembro de 2016), onde irá desenvolver atividade de *Spoolbase* entre outras. Em 26 de março de 2019, 24 de junho de 2019 e em 22 de janeiro de 2020, a OSX Construção Naval assinou instrumentos aditivos ao referido Contrato, onde se estabeleceu por vezes a expansão da área locada. Ademais, em 18 de junho de 2020, a OSX Construção Naval celebrou novos instrumentos aditivos aos contratos de locação, na qual previu reduções de valores de obrigações de pagamento ao longo do ano de 2020 em razão da Covid-19. O pagamento de tais valores está sendo negociado entre a Administração da Companhia e a Dome, tendo em vista a persistência da pandemia de Covid-19 no território Brasileiro, com seus consequentes efeitos econômicos.

Ressalte-se que em 07 de maio de 2020, a PdA, em conjunto com a OSX e suas subsidiárias, celebraram *Term Sheet*, com o objetivo de exercer a gestão compartilhada da área, a fim de obter novos clientes, objetivando a geração de recursos para que a Companhia tenha condições de saldar seus compromissos financeiros junto aos credores do Plano OSX Construção Naval. Contudo, apesar dos esforços conjuntos da Companhia e do PdA, os documentos definitivos do *Term Sheet* não chegaram a ser efetivados, tendo em vista o encerramento da Recuperação Judicial do Grupo OSX, o que impediu a apresentação de Plano Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Apesar disso, a Companhia e a PdA seguem engajadas para promover o melhor aproveitamento da área e na busca de novos clientes.

A Dívida Líquida da Companhia nos dois últimos exercícios sociais é a seguinte:

Em R\$ milhões	2020	2019	2018
Dívida bruta	4.500	4.308	4.016,9
Posição de caixa	0,82	1,12	0,89
Dívida líquida	4.499,2	4.306,9	4.016,0

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### *d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas*

A principal fonte de investimento da Companhia em 2020 foi o Contrato de Locação firmado com a PdA, referente à locação da principal área molhada do Porto do Açu.

#### **Contrato CEF**

Em 27 de abril de 2012, a OSX Construção Naval recebeu R\$400 milhões em uma linha de empréstimo-ponte junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”) destinada à implantação da UCN Açu (“Contrato CEF”).

O prazo de pagamento do Contrato CEF era de 18 (dezoito) meses, com vencimento previsto contratualmente em 19 de outubro de 2013, sendo principal e juros pagos ao final do período ou com recursos dos primeiros desembolsos do empréstimo de longo prazo do FMM - Fundo da Marinha Mercante, para o qual a UCN Açu recebeu prioridade de financiamento em junho de 2011.

A Caixa Econômica Federal aprovou a extensão do vencimento do Contrato CEF para 19 de outubro de 2014 e o contrato de garantia desse empréstimo, firmado com o Banco Santander S.A. (“Santander”), também foi aditado pelo mesmo prazo.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da OSX Construção Naval, o Contrato CEF passou a estar sujeito aos seus termos e condições, tendo sido aditado, de modo que o prazo de vencimento passou a estar previsto para 2036.

#### **Financiamento DIP**

Em 18 dezembro de 2015, a OSX Construção Naval celebrou o Instrumento Particular de Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional (respectivamente, “Escritura de Emissão de Debêntures DIP” e “Debêntures DIP”) em 8 (oito) séries, como financiamento extracursal para os fins do seu plano de recuperação judicial (“Emissão de Debêntures DIP”).

Os recursos obtidos mediante a Emissão de Debêntures DIP de séries ímpares foram destinados ao pagamento de despesas relacionadas à recuperação judicial e de determinados investimentos em capital e despesas operacionais para a manutenção das atividades da OSX Construção Naval, conforme previsto no seu plano de recuperação judicial.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Já os recursos obtidos mediante a Emissão de Debêntures DIP de séries pares foram destinados ao reperfilamento de dívidas da OSX Construção Naval junto a credores financiadores que integralizaram as Debêntures DIP mediante a capitalização de seus créditos concursais e/ou extraconcursais.

*e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez*

vide item 10.1.d.

*f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento de restrições*

### Financiamento DIP

Os créditos decorrentes da Emissão de Debêntures DIP serão pagos e amortizados em até 10 (dez) anos, renováveis por mais 10 (dez) anos, como amortização programada do valor principal, juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI sobre o valor unitário de cada debênture, na forma da Escritura de Emissão de Debêntures DIP.

Sem prejuízo das condições de pagamento previstas, as Debêntures DIP serão amortizadas extraordinária e compulsoriamente nas hipóteses de existência de recursos excedentes disponíveis na Conta Centralizadora e/ou evento de pagamento antecipado por venda de ativos, nos termos da cláusula 1.1.86 do plano de recuperação judicial da Companhia.

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia prevê a destinação das receitas auferidas pela Companhia, que estão subordinadas ao pagamento: (i) de todos os custos e despesas, diretos e indiretos, de operação e manutenção da área cedida à OSX com exploração de suas atividades; (ii) do aluguel corrente devido à Prumo pela cessão de direito de uso da área do Porto do Açú; (iii) das despesas gerais e administrativas da Companhia; (iv) do aluguel diferido devido à Prumo. Após a quitação dos referidos créditos, a integralidade das receitas geradas pela Companhia a partir da exploração da área do Porto do Açú será destinada à amortização dos

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

créditos decorrentes da subscrição das Debêntures DIP de séries ímpares de emissão da Companhia, tendo em vista que constituem créditos extraconcursais que deverão ser pagos com precedência aos demais créditos, da forma definida na Escritura de Emissão de Debêntures DIP.

Em caso de falência da OSX Construção Naval, os créditos decorrentes da Emissão Debêntures DIP serão pagos com procedência, inclusive do pagamento de outros créditos extraconcursais, observado o disposto nos artigos 84, 85, 149 e demais disposições aplicáveis da Lei de Falências. Já os créditos que forem utilizados pelos credores concursais e/ou credores extraconcursais aderentes ao Plano de Recuperação Judicial para integralização das Debêntures DIP serão considerados novados, na forma da Escritura de Emissão das Debêntures DIP.

Como restrições impostas à OSX Construção Naval, a Escritura de Emissão de Debêntures DIP prevê hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures DIP, casos em que será devido o valor unitário das Debêntures DIP, acrescido da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*.

Dentre as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures DIP, estão previstas, notadamente, mas não somente: falência da OSX Construção Naval, da Companhia e/ou de suas subsidiárias; extinção, liquidação e dissolução da OSX Construção Naval e/ou da Companhia; reorganizações societárias no âmbito da Companhia e/ou da OSX Construção Naval; descumprimento de obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão de Debêntures DIP; desapropriação ou nacionalização de ativos dados em garantia e/ou de titularidade da Companhia e/ou da OSX Construção Naval; dentre outras.

### **Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal**

Em 27 de abril de 2012, a OSX Construção Naval celebrou o Contrato de Financiamento com a CEF, vide item 10.1.d.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato de financiamento entre CEF e OSX Construção Naval, como principal da dívida, juros e multas, a OSX constituiu, em favor da CEF, instrumentos de garantias, dos quais se destacam (i) propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem instalados nos imóveis utilizados para a instalação da UCN Açú; (ii) cessão condicional do direito de uso sobre todos os imóveis utilizados para a implantação da UCN; (iii) penhor de ações de emissão da OSX Construção Naval; (iv) fiança da OSX Brasil, representando a totalidade do saldo devedor do financiamento; dentre outros.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Dentre as hipóteses de vencimento antecipado do Contrato CEF, estão previstas, notadamente, mas não somente, a ocorrência de: (i) durante o prazo de vigência do contrato de financiamento, alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da OSX Construção Naval, sem prévia anuência da CEF; e (ii) fusão, cisão, dissolução, incorporação, transformação, redução, abertura ou fechamento de capital sem anuência da CEF, salvos os casos onde seja mantido o controle indireto final pelo garantidor pessoa física do contrato e de transferência *causa mortis* do controle indireto da OSX Construção Naval.

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia prevê a destinação das receitas auferidas pela Companhia, que estão subordinadas ao pagamento de: (i) todos os custos e despesas, diretos e indiretos, de operação e manutenção da área cedida à OSX com exploração de suas atividades; (ii) o aluguel corrente devido à Prumo pela cessão de direito de uso da área do Porto do Açú; (iii) despesas gerais e administrativas da Companhia; (iv) o aluguel diferido devido à Prumo; e (v) o pagamento integral dos créditos decorrentes da subscrição das Debêntures DIP. Após a quitação dos referidos créditos, as receitas geradas pela Companhia a partir da exploração da área do Porto do Açú serão destinadas à amortização das parcelas mensais do crédito decorrente do Contrato CEF.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

vide item 10.1.f.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

(i) Principais variações nas Demonstrações de Resultado Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado		Δ
	31/12/20	31/12/19	Consolidado
Receita operacional bruta	11.054	13.237	(2.183)
Deduções da receita bruta	(1.023)	(1.224)	201
Receita de venda de bens e/ou serviços	10.031	12.013	(1.982)



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Custo dos bens e/ou serviços vendidos</b>	-	-	-
<b>Resultado bruto</b>	<b>10.031</b>	<b>12.013</b>	<b>(1.982)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Administrativas e gerais	(26.072)	(19.039)	(7.033)
Despesas com opção de ações outorgadas		-	-
Despesas com depreciação e amortização	(14.417)	(14.440)	(23)
Gastos com implantação	-	-	-
Provisão para investimento com patrimônio líquido negativo	-	-	-
Obrigação de garantia com partes relacionadas	-	-	-
Avaliação ao valor justo de propriedade para investimento	(552.918)	(188.712)	(364.206)
Outras (despesas) receitas operacionais (líquida)	1.867	-	1.867
	<b>(591.540)</b>	<b>(222.191)</b>	<b>(369.349)</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>252</b>	<b>(626)</b>	<b>374</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(581.257)</b>	<b>(210.804)</b>	<b>(370.453)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	821	2.471	(1.650)
Despesas financeiras	(279.884)	(356.328)	76.444
Instrumentos derivativos	-	-	-
Variação cambial, líquida	(40.997)	(3.962)	(37.035)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	(320.060)	(357.819)	37.759	
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(901.317)</b>	<b>(568.623)</b>	<b>(332.694)</b>	<i>Receita Líquida:</i> Em 2020, a receita líquida total da OSX somou R\$10 milhões, com redução de 17% em comparação ao ano anterior. Em 2019, a receita líquida total da OSX somou R\$12 milhões, com redução de 1,33% em comparação ao ano anterior
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9)	(5)	(4)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	29.415	-	29.415	
Resultado de ativo disponível para venda	-	-	-	
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(871.911)</b>	<b>(568.628)</b>	<b>(303.283)</b>	
<b>Atribuído aos acionistas não controladores:</b>	<b>(1.676)</b>	<b>(1.080)</b>	<b>(596)</b>	
<b>Atribuído aos acionistas controladores:</b>	<b>(870.235)</b>	<b>(567.548)</b>	<b>(302.687)</b>	
<b>Lucro básico e diluído por ação (em R\$)</b>	<b>(276,97)</b>	<b>(180,63)</b>	<b>(96,34)</b>	<i>Custos dos bens e/ou serviços vendidos:</i> Não houve custos de bens e/ou serviços prestados no exercício social de 2020, como também não houve no exercício social de 2019.

*Administrativas e gerais:* Essas despesas totalizaram R\$ 26,072 milhões em 2020, representando um aumento de 36% com relação ao ano anterior. O aumento é motivado especialmente pelos serviços contratados.

*Outras Receitas/Despesas Operacionais:* No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou indicativo de *Impairment* de R\$552.918 na UCN Açúcar.

*Resultado de Equivalência Patrimonial:* Em 2020, a OSX registrou aumento de R\$252 mil em equivalência patrimonial em relação ao período de 2019. Tal aumento foi oriundo especialmente de incremento na avaliação da participação indireta da OSX na Integra Offshore Ltda.

*Receitas financeiras:* As receitas financeiras de 2020 somaram R\$821 mil frente aos R\$2,4 milhões do exercício social do ano anterior.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

*Despesas financeiras:* As despesas financeiras foram reduzidas para R\$279 milhões, frente ao montante de R\$356 milhões em 2019. Esta variação se justifica especialmente pela redução significativa das despesas com juros passivos.

*Instrumentos derivativos:* Em 2020 e 2019 a Companhia não tinha posições de *hedge*.

*Imposto de renda e contribuição social corrente:* O montante total de R\$9 mil foi constituído sobre lucro tributável apurado no exercício de 2020 pela OSX Serviços Gerais o que representa um aumento de 80% em comparação ao exercício social anterior.

*Imposto de renda e contribuição social diferidos:* Em 2020 foi diferido imposto de renda e contribuição social na ordem de R\$29,415 milhões, em 2019 não houve diferido.

*Resultado do Período:* O prejuízo da Companhia foi de R\$871 milhões em 2020, variando negativamente em R\$303 milhões em relação ao exercício social anterior, quando a OSX apresentou prejuízo de R\$568 milhões. Esta variação se deve especialmente ao *impairment* of ativo UCN Açúcar da companhia.

**Principais variações nas Demonstrações de Resultado Consolidadas de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2019:**

	Consolidado		Δ Consolidado
	31/12/2019	31/12/18	
Receita operacional bruta	13.237	9.610	3.627
Deduções da receita bruta	(1.224)	(550)	(674)
Receita de venda de bens e/ou serviços	12.013	9.060	2.953
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-	-	-
Resultado bruto	12.013	9.060	2.953

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Receitas (despesas)****operacionais**

Administrativas e gerais	(19.039)	(75.211)	56.172
Despesas com opção de ações outorgadas	-	-	-
Despesas com depreciação e amortização	(14.440)	(1.374)	(13.066)
Gastos com implantação	-	-	-
Provisão para investimento com patrimônio líquido negativo	-	-	-
Obrigação de garantia com partes relacionadas			
Avaliação ao valor justo de propriedade para investimento	(188.712)	936	(189.648)
Outras (despesas) receitas operacionais (líquida)		736	736
	<b>(222.191)</b>	<b>(74.913)</b>	<b>(147.278)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(626)	(1.087)	452
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(210.804)</b>	<b>(66.931)</b>	<b>(143.873)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	2.471	2.618	(147)
Despesas financeiras	(356.328)	(343.561)	(12.767)
Instrumentos derivativos	-	-	-
Variação cambial, líquida	(3.962)	(19.365)	15.403
	<b>(357.819)</b>	<b>(360.308)</b>	<b>2.489</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(568.623)</b>	<b>(427.239)</b>	<b>(141.384)</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Imposto de renda e contribuição social corrente	(5)	(18)	13	<i>Receita Líquida:</i> Em 2019, a receita líquida total da OSX somou R\$12 milhões, com redução de 1,33% em comparação ao ano anterior. Em 2018, a receita líquida total da OSX somou R\$9 milhões, com redução de 0,85% em comparação ao ano anterior.
Imposto de renda e contribuição social diferido		(318)	318	
Resultado de ativo disponível para venda	-	-	-	
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(568.628)</b>	<b>(427.575)</b>	<b>(141.053)</b>	
<b>Atribuído aos acionistas não controladores:</b>	<b>(1.080)</b>	<b>(803)</b>	<b>(277)</b>	
<b>Atribuído aos acionistas controladores:</b>	<b>(567.548)</b>	<b>(426.772)</b>	<b>(140.776)</b>	
<b>Lucro básico e diluído por ação (em R\$)</b>	<b>(180,63)</b>	<b>(135,57)</b>	<b>(45)</b>	

*Custos dos bens e/ou serviços vendidos:* Não houve custos de bens e/ou serviços prestados no exercício social de 2019, bem como não houve no exercício social de 2018.

*Administrativas e gerais:* Essas despesas totalizaram R\$19,039 milhões em 2019, representando uma redução de 25% com relação ao ano anterior. A redução é basicamente referente à serviços de terceiros.

*Outras Receitas/Despesas Operacionais:* No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia identificou indicativo de *Impairment* de R\$188.712 milhões na UCN Açú.

*Resultado de Equivalência Patrimonial:* Em 2019, a OSX registrou prejuízo de R\$626 mil em equivalência patrimonial oriunda do ajuste do percentual de participação na UCN Açú, o que representa uma redução de 58% em comparação ao ano anterior.

*Receitas financeiras:* As receitas financeiras de 2019 somaram R\$2,4 milhões frente aos R\$2,7 milhões do exercício social do ano anterior.

*Despesas financeiras:* As despesas financeiras aumentaram para R\$356 milhões, frente ao montante de R\$343 milhões em 2018. Esta variação se justifica pela contabilização de juros sobre fiança, empréstimo e debêntures.

*Instrumentos derivativos:* Em 2019 e 2018 a Companhia não tinha posições de *hedge*.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

*Imposto de renda e contribuição social corrente:* O montante total de R\$5 mil foi constituído sobre lucro tributável apurado no exercício de 2019 pela OSX Serviços Gerais o que representa uma redução de 27% em comparação ao exercício social anterior.

*Imposto de renda e contribuição social diferidos:* Em 2019 não houve imposto de renda e contribuição social diferidos, e em 2018 o valor foi de R\$318 mil. Referida variação se deve em razão da diferença do *impairment* da Companhia no exercício social de 2019 em comparação com o exercício social anterior. Quando se realiza o *impairment* não há diferido.

*Resultado do Período:* O prejuízo da Companhia foi de R\$567 milhões em 2019, variando negativamente em R\$141 milhões em relação ao exercício social anterior, quando a OSX apresentou prejuízo de R\$427 milhões. Esta variação também se deve ao *impairment*.

(ii) Principais variações no Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020:

Ativo	Consolidado		Δ
	31/12/2020	31/12/2019	Consolidado
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	826	1.115	(289)
Clientes	3.000	7.020	(4.020)
Adiantamentos diversos	3.944	3.895	49
Tributos a recuperar	-	-	-
Despesas antecipadas	517	585	(68)
Ativos destinados a venda	-	-	-
Depósitos judiciais	2.228	1.823	405
Outros Créditos	-	-	-
	<u>10.515</u>	<u>14.438</u>	<u>(3.923)</u>
<b>Não Circulante Realizável a longo prazo</b>			
Partes relacionadas	-	-	-

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Tributos a recuperar	36.337	42.106	(5.769)
Outros contas a receber	15	387	(372)
IR e CSLL diferidos	-	-	-
	<u>36.352</u>	<u>42.493</u>	<u>(6.141)</u>
<b>Investimentos</b>	<b>2.428</b>	<b>2.164</b>	<b>264</b>
<b>Propriedade para investimento</b>	<b>936.996</b>	<b>1.489.914</b>	<b>(552.918)</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>621</b>	<b>1.037</b>	<b>(416)</b>
<b>Intangível</b>	<b>500.745</b>	<b>462.013</b>	<b>38.732</b>
	<u>1.477.142</u>	<u>1.997.621</u>	<u>(520.479)</u>
	<u>1.487.657</u>	<u>2.012.059</u>	<u>(524.402)</u>

**Ativo Circulante:**

*Caixa e Equivalentes de Caixa:* O saldo foi reduzido em aproximadamente R\$289 mil entre os exercícios sociais de 2019 e 2020. A redução do Caixa e Equivalentes de Caixa se referem ao aluguel da área e a celebração de aditivo ao Contrato de Locação da área com a Dome, no qual foi prevista a redução dos valores pagos no período de 2020, por conta da pandemia de Covid-19.

*Clientes:* O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2020 é aproximadamente R\$3 milhões, o que representa uma variação negativa de 58% em relação ao exercício social de 2019, tal variação se deve especialmente ao fim dos valores oriundos da Eletroação no período de 2020.

**Ativo Não-Circulante:**

*Tributos a recuperar:* Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei.

*Investimentos:* o valor do investimento em 2020 era de aproximadamente R\$2,4 milhões, o que representa uma variação positiva de 12% em relação ao exercício social de 2019. Tal variação se deve especialmente a *valuation* da participação indireta da Companhia na Integra Offshore Ltda.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

*Propriedade para investimentos:* em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$936 milhões. A diminuição se deve em razão do *impairment* de 2020 em relação ao ano anterior.

*Imobilizado:* o valor do imobilizado em 2020 era de R\$621 mil, representando uma diminuição de R\$416 mil em comparação com exercício social de 2019. Tal variação se deve à depreciação e amortização.

**Passivo Circulante:**

*Obrigações Sociais e trabalhistas:* Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações sociais e trabalhistas eram compostas por (i) R\$169 mil referentes a salários, encargos sobre folha de pagamento e (ii) R\$197 mil referentes a provisão de férias e 13º salário, totalizando o montante de R\$498 mil.

*Fornecedores:* A variação verificada nesta rubrica em 2020 comparado ao ano anterior é justificada pela atualização da dívida concursal e extraconcursal e a variação cambial.

*Obrigações fiscais:* O saldo registrado em 2020 era de aproximadamente R\$27 milhões frente à aproximadamente R\$26,6 milhões em 2019. Esta rubrica é composta por impostos a recolher pela Companhia e suas controladas, e sua principal variação entre os períodos refere-se à reclassificação dos valores da dívida ativa para a conta de provisão de contingências fiscais, sendo: (i) R\$294 mil de INSS (ii) R\$7 milhões de PIS/COFINS; (iii) R\$4,7 milhões de IRPJ; (iv) R\$817 mil de CSLL; e (v) R\$14 milhões de outras obrigações fiscais.

*Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante):* A variação dos empréstimos e financiamentos entre 2020 e 2019 foi no valor de R\$166 milhões considerando as debêntures, e de R\$125 milhões considerando apenas as operações de empréstimos, tal variação se deve aos juros e multa.

*Adiantamento de Clientes:* O saldo de adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$12,1 milhões é oriundo principalmente dos clientes da Porto do Açú Operações S.A., no valor de R\$10 milhões, e Metal Scrap, no valor de R\$2,1 milhões.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

*Patrimônio Líquido:* Em 2019, o patrimônio líquido negativo consolidado da Companhia era de R\$4,5 bilhões e passou para R\$5,4 bilhões em 2020, representando uma redução de R\$875 milhões. Esta variação refere-se, especialmente, ao prejuízo do exercício no valor de R\$870 milhões

**Principais variações no Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2019:**

Ativo	Consolidado		$\Delta$
	31/12/2019	31/12/2018	Consolidado
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.115	890	225
Clientes	7.020	3.671	3.349
Adiantamentos diversos	3.895	3.900	(5)
Tributos a recuperar	-	-	-
Despesas antecipadas	585	721	(136)
Ativos destinados a venda	-	-	-
Depósitos judiciais	1.823	1.191	632
Outros Créditos	-	-	-
	<b>14.438</b>	<b>10.373</b>	<b>4.065</b>
<b>Não Circulante Realizável a longo prazo</b>			
Partes relacionadas	-	-	-
Tributos a recuperar	42.106	47.006	(4.900)
Outros contas a receber	387	370	17
IR e CSLL diferidos	-	-	-
	<b>42.493</b>	<b>47.376</b>	<b>(4.883)</b>
<b>Investimentos</b>	<b>2.164</b>	<b>2.795</b>	<b>(631)</b>
<b>Propriedade para investimento</b>	<b>1.489.914</b>	<b>1.678.626</b>	<b>(188.712)</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Imobilizado</b>	<b>1.037</b>	<b>1.477</b>	<b>(440)</b>
<b>Intangível</b>	<b>462.013</b>	<b>-</b>	<b>462.013</b>
	<u>1.997.621</u>	<u>1.730.274</u>	<u>267.347</u>
	<u>2.012.059</u>	<u>1.740.647</u>	<u>271.412</u>

**Ativo Circulante:**

*Caixa e Equivalentes de Caixa:* O saldo aumentou em aproximadamente R\$225 mil entre os exercícios sociais de 2018 e 2019. A aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa se referem ao aluguel da área.

*Clientes:* O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2019 é aproximadamente R\$7 milhões, o que representa uma variação positiva de 1,91% em relação ao exercício social de 2018, tal variação se deve ao aluguel da área.

**Ativo Não-Circulante:**

*Tributos a recuperar:* Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei.

*Investimentos:* o valor do investimento em 2019 era de aproximadamente R\$2 milhões, o que representa uma variação negativa de 0,77% em relação ao exercício social de 2018. Tal variação se deve à atualização da equivalência patrimonial.

*Propriedade para investimentos:* em 31 de dezembro de 2019, o valor era de aproximadamente R\$1.489 bilhões. A diminuição se deve em razão do *impairment* de 2019 em relação ao ano anterior.

*Imobilizado:* o valor do imobilizado em 2019 era de R\$1 milhão, representando uma diminuição de R\$440 mil em comparação com exercício social de 2018. Tal variação se deve à depreciação e amortização.

**Passivo Circulante:**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

*Obrigações Sociais e trabalhistas:* Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações sociais e trabalhistas eram compostas por (i) R\$300 mil referentes a salários, encargos sobre folha de pagamento e (ii) R\$850 mil referentes a provisão de férias e 13º salário, totalizando o montante de R\$1.150 milhões.

*Fornecedores:* A variação verificada nesta rubrica em 2019 comparado ao ano anterior é justificada pela atualização da dívida concursal e extraconcursal e a variação cambial.

*Obrigações fiscais:* O saldo registrado em 2019 era de aproximadamente R\$26 milhões frente à aproximadamente R\$24 milhões em 2018. Esta rubrica é composta por impostos a recolher pela Companhia e suas controladas, e sua principal variação entre os períodos refere-se à reclassificação dos valores da dívida ativa para a conta de provisão de contingências fiscais, sendo: (i) R\$253 mil de INSS (ii) R\$7 milhões de PIS/COFINS; (iii) R\$4,6 milhões de IRPJ; (iv) R\$753 mil de CSLL; e (v) R\$13 milhões de outras obrigações fiscais.

*Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante):* A variação dos empréstimos e financiamentos entre 2019 e 2018 foi no valor de R\$166 milhões considerando as debêntures, e de R\$125 milhões considerando apenas as operações de empréstimos, tal variação se deve aos juros e multa.

*Adiantamento de Clientes:* O saldo de adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$15 milhões é oriundo principalmente dos clientes da Porto do Açú Operações S.A., no valor de R\$10 milhões, e Eletroação, no valor de R\$5 milhões.

*Patrimônio Líquido:* Em 2018, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era negativo em R\$4 bilhões e passou para R\$4,5 bilhões em 2019, representando um aumento de R\$569 milhões. Esta variação refere-se: (i) ao prejuízo líquido do período atribuído ao acionista não controlador de R\$8 milhões, (ii) aos ajustes de conversão da controlada OSX GmbH, cuja moeda funcional é dólar, no montante de R\$450 mil e (iii) ao prejuízo do exercício no valor de R\$567 milhões.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 Os diretores devem comentar:*****a. Resultados das operações da Companhia, em especial:******(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita***

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou receita de aproximadamente R\$11 milhões, relacionadas ao contrato de locação da área no Porto do Açu e a venda de bens inservíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou receita de aproximadamente R\$13 milhões, relacionadas ao contrato de locação da área no Porto do Açu e a venda de bens inservíveis.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou receita de aproximadamente R\$9 milhões, relacionadas ao contrato de locação da área no Porto do Açu e a venda de bens inservíveis.

***(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais***

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em aproximadamente R\$581 milhões, devido, principalmente, ao *impairment*.

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em aproximadamente R\$211 milhões, devido, principalmente, ao *impairment*.

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foi negativo em aproximadamente R\$66 milhões, devido, principalmente, às despesas administrativas.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro*****b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços***

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia apresentou receita conforme descrito no item 10.2 (a) (i).

Vale ressaltar que a receita operacional bruta da Companhia está sujeita à variação anual, decorrente de atualização do IGPM, aplicada sobre o valor do aluguel da área da Porto do Açu. A receita financeira também sofre variações, estas decorrentes da atualização Selic, aplicada mensalmente, aos impostos a recuperar da Companhia.

***c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.***

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018 o resultado financeiro líquido da Companhia foi impactado por variações cambiais na taxa de câmbio, decorrentes da existência de passivos em dólares americanos, expressos em reais.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras*****a. Introdução ou alienação de segmento operacional***

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

***b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

***c. Eventos ou operações não usuais***

Não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### *a. Mudanças significativas nas práticas contábeis*

As Demonstrações Financeiras Consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Para as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018, a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis.

#### *b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

Para as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018, a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis.

#### *c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi emitido com opinião fundada nas seguintes bases abaixo:

A auditoria destacou os seguintes comentários e ênfases em seu relatório:

#### **“Opinião**

*Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.*

*Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).*

#### **Base para opinião**

*Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada*

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

*“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.*

***Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional***

*Chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 1 das informações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e suas controladas estão em processo de recuperação judicial. Os Planos dependiam de aprovação pela maioria dos credores listados, tanto em quantidade quanto em valor para ser colocado em andamento, o que ocorreu em dezembro de 2014.*

*Com a aprovação dos planos, a Companhia e suas controladas deverão atender condições para o sucesso da Recuperação Judicial, entre elas: aporte de novos recursos; reestruturação de dívidas contraídas perante seus credores; renegociação do endividamento referente a conversão dos créditos em capital da Companhia; reestruturações necessárias nos órgãos de administração; alienação de bens que integram seu ativo permanente.*

*Chamamos a atenção para o fato de a Companhia e seu consolidado estar apresentando deficiência de capital de giro no montante de R\$357.979 mil e R\$537.510 mil e prejuízos constantes. Os prejuízos acumulados montam R\$7.105.312 mil, indicando a existência de incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia continuar operando, indicando, inclusive, a possibilidade da Companhia e suas controladas não serem capazes de realizarem seus ativos e saldarem seus passivos durante o curso normal dos negócios.*

*Uma incerteza significativa existe quando a magnitude potencial de seu impacto e a probabilidade de sua ocorrência são tais que, no julgamento do auditor independente, a adequada divulgação da natureza e das implicações da incerteza é necessária para apresentação adequada das demonstrações financeiras.*

*Conforme determinado pela NBC TA 570, concluímos que o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado nas circunstâncias, porém existe incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional relacionada ao sucesso do plano de recuperação judicial, tendo em vista o atendimento de todas as condições demonstradas anteriormente.*

*Concluímos, também, que as informações financeiras descrevem adequadamente, através das notas explicativas n.º 1 e n.º 27, os principais eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional e os planos da administração para tratar desses eventos ou condições.*

***Ênfases*****Fornecedores**

*A Companhia e suas controladas apresentavam em 31 de dezembro de 2020 os montantes de R\$88.126 mil e R\$1.360.223 mil na controladora e no consolidado, respectivamente, na rubrica de Fornecedores, os quais referem-se aos credores habilitados no Plano de Recuperação Judicial, deferido em 26 de novembro de 2013. Na ocasião, foi obtida a relação do Quadro Geral de Credores que foram habilitados ao Plano de recuperação Judicial com as atualizações ocorridas ao longo de todo o processo.*

*Chamamos a atenção ao fato de que as informações referentes aos valores dos créditos que se alteram em razão*



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

*da apresentação das divergências ao Administrador Judicial, e, aquelas por sentença em processo de impugnação somente serão informadas no desfecho do processo judicial.*

**Desconsolidação**

*Chamamos atenção sobre o assunto “Histórico da falência da OSX Leasing Group B.V.”, descrito na nota explicativa nº 1, sobre a falência da OSX Leasing Group B.V. na Holanda, em 15 de julho de 2015, que se encontra sob supervisão da justiça holandesa e sob gestão de um administrador específico. A Companhia passou a não exercer nenhum controle ou influência política, financeira e operacional, significativas, sobre os negócios, incluindo também as controladas e coligadas. Após a divulgação do fato relevante por parte das empresas Óleo e Gás Participações S.A. (“OGpar”) e Dommo Energia S.A. (atual denominação de OGX Petróleo e Gás S.A.) (“Dommo”) comunicando a obtenção de “decisão judicial em caráter liminar para reduzir o valor do daily rate do afretamento da FPSO OSX 3, concedida pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em face de OSX 3 Leasing B.V. (“OSX 3”), na qualidade de proprietário da embarcação, bem como de Nordic Trustee, a Dommo e a Companhia acordaram a suspensão, pelo prazo de 6 meses:*

- (i) dos pagamentos devidos pela Dommo à título de contraprestação pelo afretamento da plataforma FPSO OSX 3 e (ii) de certas obrigações previstas nos contratos relacionados ao Afretamento. O prazo da suspensão acordada em 13 de março de 2015 findou-se e a Companhia não atingiu acordo com os Bondholders da OSX3 com o objetivo de encontrar uma forma de equacionar seus débitos com os primeiros e a solução mais favorável para o FPSO. Em 2015, a Nordic Trustee ASA apresentou, na Holanda, pedido de falência das sociedades OSX 3 Holding B.V., OSX 3 Holdco B.V. e OSX Leasing Group B.V., subsidiárias da Companhia e votou contra o deferimento definitivo do procedimento de suspensão de pagamentos concedido anteriormente à OSX Leasing Group B.V., resultando na falência dela.*

*Por conseguinte, a Companhia passou a não mais deter controle ou influência nesses negócios. A liquidação dos ativos e passivos delas está sendo supervisionado pela justiça holandesa e gerido por um administrador específico.*

*Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a situação se mantém inalterada, onde a Companhia ainda não concluiu a reestruturação societária. Nossa conclusão não está modificada com relação a esse assunto.*

***"Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia e suas controladas***

*Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 28, que discorre a respeito deste assunto. Como é de conhecimento público, estão em andamento investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada “Operação Lava Jato” e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, a saber:*

- Operação X, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção, a lavagem de dinheiro e evasão de recursos. Tal operação investiga fatos relacionados à construção das plataformas P-67 e P-70 efetuadas pelo Consórcio Integra - subsidiária com personalidade jurídica própria e na qual a OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial detém participação minoritária. Essas investigações e medidas judiciais envolveram a Companhia e seu acionista controlador e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal.*

*A OSX prestou ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos responsáveis todas as informações que lhe foram solicitadas relacionadas à empresa Integra.*

- Operação segredo de Midas, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção, utilização*

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

*de informações privilegiadas e manipulação de mercado. Em 08 de agosto de 2019 foi cumprido o mandado de prisão temporária emitido contra o Sr. Eike Batista em razão de investigações de crimes de manipulação de mercado e utilização de informação privilegiada. O mandado foi revogado em 10 de agosto de 2019 pelo Tribunal Federal da 2ª Região. Tanto o mandado de prisão temporária, quanto os demais eventos que culminaram em notícias, não estão de qualquer forma associados e/ou foram praticados pela Companhia e/ou os seus administradores. Essas investigações e medidas judiciais envolveram o seu acionista controlador, Sr. Eike Batista e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal.*

*Nossa conclusão não está modificada por conta deste assunto.*

***Outros assuntos criminais envolvendo o acionista controlador e seus reflexos na Companhia e suas controladas***

*Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 28, a sentença de primeira instância proferida pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro ao Sr. Eike Batista, por uso de informação privilegiada (insider trading) e manipulação de mercado, praticados no ano de 2013. A Companhia e sua administração, entendem que não foram afetadas pelos efeitos da sentença.*

*Nossa conclusão não está modificada por conta deste assunto.”*

**Comentário da administração a respeito das ressalvas e ênfases inseridas no relatório dos Auditores Independentes:**

A Diretoria entende que a incerteza relacionada à continuidade operacional da Companhia levantada pelos auditores decorre, como justificado pelos próprios auditores, do cenário de incertezas associado ao sucesso do plano de recuperação judicial, bem como do fato de incorrer em prejuízos recorrentes.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão assim apresentadas:

### 1) Provisões para contingências

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Além disso, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos nos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida.

### 2) Instrumentos financeiros

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pela Administração da Companhia por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****3) Valor justo dos instrumentos financeiros**

O conceito de valor justo prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário.

A Administração da Companhia entende que suas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos estão enquadrados no nível II da hierarquia de valor justo, onde dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no nível I são extraídos do modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

**4) Depreciação e Amortização - vidas úteis, taxas e testes de *impairment***

Os ativos imobilizados associados às atividades da Companhia são depreciados e amortizados pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 - Imobilizado (Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019) e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais. Quanto ao teste de *impairment*, os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Desta forma os saldos recuperáveis dos ativos registrados em nossas demonstrações financeiras podem divergir significativamente daquele que poderá ser observado no futuro.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras*****a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A OSX não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito significativo, presente ou futuro, em sua situação financeira e mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, não registradas no balanço patrimonial.

***b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia além dos constantes de seu balanço patrimonial e dos descritos no item acima.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

### **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

*a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia*

Vide item 10.6.

*b. Natureza e o propósito da operação*

Vide item 10.6.

*c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação*

Vide item 10.6.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

**10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

*a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

*b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia*

*c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Retrospectiva da Recuperação Judicial da Companhia

No dia 08 de janeiro de 2015 foi homologado o plano de recuperação judicial da OSX Brasil e de suas subsidiárias OSX Construção Naval e OSX Serviços Operacionais.

Tal como o ano de 2018, os exercícios sociais de 2019 e 2020 foram marcados pela execução do plano de recuperação judicial, sendo a redução de custos e cumprimento das premissas do plano de recuperação judicial o foco da Administração da Companhia.

A íntegra do plano de recuperação judicial está disponível no *website* de Relações com Investidores da OSX ([www.osx.com.br](http://www.osx.com.br)).

Em 24 de novembro de 2020, após 5 anos de execução do Plano de Recuperação Judicial, a Exma. Juíza Maria Cristina de Brito Lima, da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro decretou, constatando o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial após 2 anos de sua homologação, o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia. Tal decisão, contudo, ainda está pendente de recursos, não tendo sido transitada em julgado.

- Cumprimento do plano de recuperação judicial

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em 03 de agosto de 2015 a OSX Construção Naval, como premissa ao processo de readequação do plano de negócios da UCN e em cumprimento ao plano de recuperação judicial, celebrou com a PdA, um Contrato de Gestão, com o propósito de gerenciar de forma mais eficiente a exploração comercial da área total de 3.200.000m<sup>2</sup> onde está localizada a UCN Açú.

Em conformidade com o plano de recuperação judicial, a Companhia celebrou, em 18 de dezembro de 2015, o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 8 (oito) Séries, da OSX Construção Naval S.A. - Em Recuperação Judicial”, com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, e a Companhia, na qualidade de fiadora, por meio do qual emitirá até 215.000 (duzentas e quinze mil) debêntures simples, em 8 (oito) séries, no valor total agregado de até R\$2.150.000.000,00 (dois bilhões cento e cinquenta milhões de reais).

A Escritura de Emissão representa um financiamento extraconcursal (“Financiamento DIP”), previsto no plano de recuperação judicial, para assegurar a manutenção das atividades das Recuperandas, visando a (i) obter novos recursos junto a seus credores concursais e/ou credores extraconcursais aderentes ao plano de recuperação judicial que tiverem interesse em participar no financiamento das Recuperandas e (ii) novar créditos concursais e/ou extraconcursais desses credores participantes do Financiamento DIP. As referidas debêntures foram liquidadas em 29 de janeiro de 2016.

A Companhia concluiu a construção do navio lançador de linhas flexíveis PLSV denominado Sapura Esmeralda, encomendado pela Sapura Navegação Marítima S.A. (“Sapura”), e em 21 de dezembro de 2015, celebrou o Termo de Entrega e Aceitação, no qual a Sapura aceitou a entrega e assumiu a titularidade da Embarcação.

Em 01 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou com a Prumo um contrato de aluguel que prevê uma remuneração mensal de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais) em troca da locação da principal área molhada do Porto do Açú pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Vale ressaltar que a Companhia, em 2018, celebrou com o Consorcio Dome Serviços Integrados um novo contrato de aluguel de área adicional à área já ocupada atualmente (com base no Contrato de Locação firmado entre PdA e OSX Construção Naval em 01 de dezembro de 2016), onde irá desenvolver atividade de *Spoolbase* entre outras. Em 26 de março de 2019, a OSX Construção Naval assinou instrumento aditivo ao referido Contrato, no qual foi estabelecida a expansão da área locada. Em 24 de junho de 2019 e em 22 de janeiro de 2020, novos aditivos foram celebrados, com intuito de expandir novamente a referida área. Ademais, em 18 de junho de 2020, a OSX Construção Naval celebrou novos instrumentos aditivos aos contratos de locação, na qual previu



## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

reduções de valores de obrigações de pagamento ao longo do ano de 2020 em razão da Covid-19. O pagamento de tais valores, originalmente previsto para o período de 2021, permanece suspenso, conforme negociado pela administração com a Dome, tendo em vista a persistência da pandemia de Covid-19 no território Brasileiro, com seus consequentes efeitos econômicos.

Paralelamente, a Prumo continua obrigada pelo Contrato de Gestão a obter novos clientes, objetivando a geração de recursos para que a Companhia tenha condições de saldar seus compromissos financeiros junto aos credores do plano de recuperação judicial.

No primeiro trimestre de 2017, os esforços no sentido de reduzir os custos operacionais no contexto da recuperação judicial foram intensificados.

Em 5 de fevereiro de 2018, o Conselho da Administração deliberou pela manutenção da Companhia em recuperação judicial e, posteriormente a Companhia apresentou ao Juízo tal pedido.

No exercício social de 2018, 2019 e 2020, a Companhia manteve seus os esforços no sentido de reduzir os custos operacionais no contexto da recuperação judicial.

Em 26 de novembro de 2020, foi decretado o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia em virtude da verificação de cumprimento do Plano.

Com o encerramento da Recuperação Judicial, a Companhia está engajada na celebração de novos acordos de aluguel da área através da preservação de suas parcerias com a Prummo pela busca por novos clientes e expansão da área alugada à Dome.

- Alienação de outros bens do ativo permanente

A OSX poderá promover a alienação e oneração de bens que integram seu ativo permanente, conforme autorizado expressamente pelo juízo da recuperação judicial, observados os limites estabelecidos na lei de falências, no plano de recuperação judicial e nos demais contratos em vigor celebrados pelo Grupo OSX com os credores não sujeitos presente recuperação judicial.

- Reestruturação societária

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

A OSX poderá, ainda, promover a reestruturação societária do Grupo OSX, de forma a obter a estrutura societária mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades tal como redimensionadas no contexto da recuperação judicial e do seu plano de negócios decorrente da implementação do plano de recuperação judicial, sempre no melhor interesse do Grupo OSX e visando ao sucesso da recuperação judicial.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

### **10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações que a Diretoria da Companhia considera relevantes e pertinentes a esta seção foram apresentadas nos itens acima.